

## Um olhar interseccional sobre a justiça climática, a partir do antirracismo

---

As emergências climáticas não atingem todas as pessoas da mesma forma. No Brasil, crianças negras, especialmente meninas, estão entre os grupos mais vulneráveis aos impactos do colapso ambiental, em decorrência da intersecção entre racismo sistêmico, desigualdade de gênero e restrições de direitos. Deslizamentos, enchentes, calor extremo e outros efeitos da crise climática atingem de maneira desproporcional quem vive em territórios periféricos, muitas vezes sem acesso adequado a serviços básicos e infraestrutura. Os impactos ambientais são atravessados por questões de cor, gênero e território. Fenômenos climáticos extremos agravam desigualdades já existentes, expondo de forma particular crianças, mulheres e comunidades negras, indígenas e periféricas. Essa vulnerabilidade não é acidental: reflete a maneira como o racismo e o sexismo se entrecruzam, estruturando o acesso a direitos, proteção e reparação frente a riscos socioambientais.

O estudo [The Impact of Katrina: Race and Class in Storm-Damaged Neighborhoods](#) (*O Impacto do Katrina: Raça e Classe nos Bairros Danificados pela Tempestade, em português*), realizado pela Brown University (2006) após o furacão Katrina, nos Estados Unidos, mostrou que 75% dos moradores das áreas danificadas eram negros, em contraste com áreas menos afetadas, onde a maioria era branca. Além disso, bairros com 85% ou mais de população negra foram os mais devastados e combinavam as maiores taxas de pobreza e de inquilinos.

No contexto das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, [um boletim publicado pelo Observatório das Metrópoles](#) revelou que a população negra e mais vulnerável socialmente foi a mais afetada pelo desastre natural. O estudo mostrou que, em bairros como Humaitá, Sarandi e Rubem Berta em Porto Alegre, e

Em uma análise mais ampla, um [relatório da Anistia Internacional Brasil](#) apontou que, entre 2023 e 2024, eventos climáticos extremos causaram mais de 250 mortes, com 185 delas ocorrendo em 2024, além de expor grupos em situação de vulnerabilidade social a danos desproporcionais, incluindo idosos e pessoas com deficiência.

Entre os grupos historicamente mais vulneráveis, vale destacar que as crianças negras enfrentam maiores riscos porque suas famílias estão concentradas em áreas de maior exposição à emergência climática. Com o aumento das temperaturas e a frequência de eventos extremos, esses grupos ficam ainda mais vulneráveis. Portanto, qualquer iniciativa de justiça climática precisa considerar, de forma direta, o enfrentamento das desigualdades estruturais raciais e de gênero.

A situação das meninas negras é particularmente sensível, pois elas se encontram na intersecção de múltiplos sistemas de opressão. Em contextos de desastre, elas podem sofrer sobrecarga nas tarefas de cuidado, maior risco de violência sexual, abandono escolar e exclusão de espaços de decisão. Uma abordagem efetiva de justiça climática deve escutá-las, protegê-las e incluí-las ativamente na formulação de políticas públicas.

O CEERT atua na promoção da justiça climática a partir de uma perspectiva interseccional, reconhecendo que os impactos ambientais não se distribuem igualmente. Adaptação e capacitação climáticas, bem como transição justa no trabalho, só fazem sentido no Brasil a partir de perspectiva antirracista. A crise climática exige respostas urgentes e estruturais. Mais

Mathias Velho em Canoas, a população negra representava mais de 30% da população local, enquanto a média municipal de Porto Alegre é 20,9% e a de Canoas é 22,4%. Esses dados indicam que, nessas áreas mais atingidas pelas enchentes, a presença de população negra é significativamente superior à média das respectivas cidades.

do que medidas pontuais contra seus efeitos, é necessário partir do enfrentamento às desigualdades históricas que tornam crianças negras as mais vulneráveis. Garantir justiça climática é, acima de tudo, promover justiça racial e de gênero.

**Daniel Bento Teixeira**  
*Diretor-Executivo do CEERT*

## Justiça Racial

---



**Crise climática:** O racismo ambiental evidencia como populações negras, quilombolas, indígenas e tradicionais estão entre as mais vulneráveis às mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, são excluídas dos processos decisórios relacionados à transição energética e à preservação ambiental. Foi com esse olhar que o CEERT participou da Conferência de Bonn, realizada na Alemanha.



**Habitação:** O lugar de moradia influencia o acesso à educação, ao trabalho e à saúde. No caso das jovens negras, morar nas periferias de São Paulo significa lidar com múltiplas formas de exclusão. Saiba mais sobre o tema no estudo “Condições habitacionais das jovens negras de São Paulo”, lançado como parte do projeto Mude com Elas.



**Protagonismo de jovens negras:** Diante de uma crise democrática, agravada por profundas desigualdades raciais e pela emergência de crises ambientais, as jovens negras têm protagonizado iniciativas fundamentais na luta por justiça social. O 2º Encontro Nacional da Rede MultiAtores Mude com Elas discutiu o futuro do trabalho digno e bem viver.

## Educação Antirracista

---



**Gestão escolar:** Como transformar experiências pedagógicas antirracistas em políticas públicas permanentes? Como garantir que as práticas se consolidem como estratégias de gestão escolar e redes de ensino? O curso Gestão da Educação para a Equidade Racial visa responder a essas perguntas.

## ESG-Equidade no Trabalho

---



**Acesso ao trabalho:** As barreiras enfrentadas por mulheres negras no mundo do trabalho são desafios à promoção da justiça social no Brasil. Dados do IBGE mostram que o grupo tem as maiores taxas de desocupação, menores rendimentos, maior informalidade e menor acesso à liderança. Acesse o Guia Antirracismo e Antimachismo - Mude com Elas.

## Juventudes

---



**35 anos do ECA:** O Estatuto da Criança e do Adolescente é reconhecido mundialmente como uma das legislações mais avançadas para a proteção integral de crianças e adolescentes. Mas, no Brasil, a efetivação de seus princípios ainda esbarra em desigualdades estruturais. É impossível garantir os direitos previstos no ECA sem considerar o racismo que marca a infância e a adolescência no país.



**Transformando realidades:** Tendo a cultura como uma ferramenta central na atuação política, a juventude negra vem se organizando coletivamente em busca de justiça, equidade e antirracismo. Movimentos territoriais de valorização da cultura negra e periférica tornaram-se frequentes entre os jovens. Esse foi o tema de um encontro promovido pelo Programa Prosseguir!

JUNTOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE ANTIRRACISTA  
DOE E FAÇA PARTE DESSA TRANSFORMAÇÃO



---

Enviado para: [no-replay@ceert.org.br](mailto:no-replay@ceert.org.br)

[Cancelar a inscrição](#)

CEERT, 02036-022, São Paulo - SP, Brasil